

Relatório

PROJETO FORTALECIMENTO DA EDUCAÇÃO
DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO PARÁ



ETAPA MARAJÓ

REGIÃO:

MARAJÓ



Equipe Técnica

Conselheiro SEBASTIÃO CEZAR LEÃO COLARES

Conselheira Substituta ADRIANA CRISTINA DIAS OLIVEIRA

ANA CRISTINA SANTOS SODRÉ

ANDRESSA KELLY LIMA DA SILVA

ANDREZA PEREIRA SANTA BRÍGIDA PAMPOLHA

DIEGO MARTINS ESTÁCIO

DIRSON MEDEIROS DA SILVA NETO

ELISA DO SOCORRO MELO RESQUE

ELEN PANTOJA DE MORAES

EVERALDO LINO ALVES

FELIPE FERNANDES DE SOUZA

JOSIANE ANDRADE DE PARIJÓS

LUIS OTAVIO GADELHA BARBOSA

MARIA DO SOCORRO PESSOA DA SILVA

MARINICE PUREZA GOMES

MIRYAM LISHANE VALENTE ALBIM

PAULO TADEU DO AMARAL RAMOS

PAULO ROBERTO SILVA SOUZA

ROSANA MARIA MORAES FERREIRA DA GAMA

SERGIO ROBERTO BACURY DE LIRA

SILVIA MIRALHA DE ARAÚJO RIBEIRO

Participação Especial

Conselheira MARA LÚCIA BARBALHO DA CRUZ

Conselheira Substituta MÁRCIA TEREZA ASSIS DA COSTA

BRENDA SILVA ALCÂNTARA OLIVEIRA

Colaboração Técnica - Convidados

ALEX PEREIRA (CACAMPE NORTE-UFPA)

ALINE DANIELLE DI PAULA (CECANE-UFPA)

FRANCINEI BENTES TAVARES (CECAMPE NORTE-UFPA)

HERCIO DA SILVA FERREIRA (IEMCI-UFPA)

JUCILENE MAGALHÃES ALVES DE SOUSA (CECANE-UFPA)

MARIA SINEIDE NERES (CECANE-FNDE)

Apoio

EDGAR LUIZ SOUZA DA COSTA

EDSON PAIVA MENEZES

JORGE MARCELO DA SILVA OLIVEIRA

RAFAEL VINICIUS MELO DOS SANTOS

RAPHAEL AMANDIO GRAIM CARVALHO



SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	04
2. METODOLOGIA	06
3. RESULTADOS	08
3.1. INDICADORES EDUCACIONAIS	09
3.1.1. Taxas de Rendimento Escolar	10
3.1.2. Distorção Idade-Série	12
3.1.3. Aprendizado Adequado	13
3.1.4. Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB)	14
3.2. DIMENSÕES AVALIADAS – EIXOS ESTRUTURANTES	16
3.2.1. Fortalecimento da Gestão da Secretaria e das Escolas Municipais	16
3.2.2. Garantia de Acesso, Permanência e Aprendizagem	20
3.2.3. Infraestrutura Escolar	26
3.2.4. Política Pública de Alimentação Escolar	28
3.2.5. Política Pública de Atendimento no Transporte Escolar	33
3.2.6. Valorização dos Profissionais da Educação	37
3.2.7. Fortalecimento dos Conselhos de Controle Social e Unidades Executoras	39
CONCLUSÃO	44
ENCAMINHAMENTO	45
Apêndice: Quadro Sintético dos Eixos Estruturantes do Diagnóstico Educacional dos Municípios do Marajó	48



1. INTRODUÇÃO

Com o propósito de cooperar para melhores e mais amplos resultados das políticas públicas educacionais no âmbito dos municípios paraenses, e considerando a necessidade de enfrentamento de reconhecidos desafios que se apresentam agravados diante dos efeitos da pandemia da COVID-19, foi concebido o **Projeto de Fortalecimento da Educação dos Municípios do Estado do Pará**.

O Projeto constitui uma estratégia inovadora no âmbito desta Corte de Contas, pois pressupõe um olhar para o território, local onde a política pública se concretiza, ou deveria se concretizar, e busca refletir sobre os desafios e soluções possíveis de implementação de forma regionalizada e articulada, a fim de transformar realidades e, por conseguinte, promover a entrega efetiva de um direito fundamental.

Tem como objetivo geral contribuir para o progresso da qualidade da educação nos municípios paraenses, por meio da garantia do acesso, da permanência e do efetivo aprendizado dos alunos matriculados na educação infantil e ensino fundamental em escolas públicas municipais, com ênfase em 7 (sete) dimensões que representam os eixos estruturantes definidos no citado Projeto, que são: fortalecimento da gestão da Secretaria e das Escolas Municipais; universalização do ensino; infraestrutura; alimentação escolar; transporte escolar; valorização dos profissionais do magistério e fortalecimento da atuação dos Conselhos de Controle Social e Unidades Executoras (Conselho Escolar, Associação de Pais e Mestres, entre outros).

Para a realização da etapa inicial - Projeto Piloto, foi contemplado o Arquipélago do Marajó, cuja escolha pautou-se em critérios de territorialidade e, por conseguinte, na oportunidade de se propiciar intervenções de forma simultânea e sinérgica, considerando que a mencionada região reúne 17 (dezessete) municípios – Afuá, Anajás, Bagre, Breves, Cachoeira do Arari, Chaves, Curralinho, Gurupá, Melgaço, Muaná, Ponta de Pedras, Portel, Salvaterra, Santa Cruz do Arari, São Sebastião da Boa Vista, Soure e Oeiras do Pará (este último passou a fazer parte da Região de Integração do Marajó em janeiro/2022) – que apresentam peculiaridades geográficas, climáticas e culturais, além de cenário de extrema pobreza decorrente de sua economia fragilizada que resulta em baixos Índices de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM), inclusive o pior do país, com os

indicadores sociais apontando baixa qualidade da educação, com elevadas taxas de analfabetismo, distorção idade-série e baixo índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), conforme análise de dados oficiais extraídos do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), DATASUS e TC Educa.

Nesse contexto, o Projeto de Fortalecimento da Educação dos Municípios no Estado do Pará foi formulado como um mecanismo capaz de impulsionar a colaboração, coordenação e cooperação entre os principais atores envolvidos com a política pública educacional, favorecendo a atuação dialógica e interinstitucional, com o objetivo de conhecer in loco a realidade do sistema de ensino vivenciada nos municípios paraenses, suas fragilidades, suas deficiências e a viabilidade de reversão da realidade adversa quando constatada, a partir da avaliação diagnóstica e proposição de soluções compartilhadas, com potencialidade de melhorar e fortalecer a educação.

Com a anuência da Presidente deste TCMPEA, a idealização desse Projeto – etapa piloto coube ao grupo de trabalho coordenado pelo Conselheiro Sebastião Cezar Leão Colares, Relator das contas dos municípios do Marajó no quadriênio 2021-2024, auxiliado pela Conselheira Substituta Adriana Cristina Dias Oliveira, na condição de membro convidada. Também integram o grupo os servidores oriundos do Gabinete do Conselheiro Relator e da 2ª Controladoria, que detêm vinculação com o exame e acompanhamento das contas dos municípios contemplados, bem como os técnicos que compõem a CSE/DIPLAMFCE, que são responsáveis pela oferta dos conhecimentos especializados da área de educação e, pelas medidas necessárias à futura extensão do projeto aos demais municípios de Estado do Pará, a critério de cada Conselheiro Relator.



2. METODOLOGIA

Para execução do Projeto de Fortalecimento da Educação dos Municípios no Estado do Pará, em sua etapa Piloto, estruturou-se o desenvolvimento das atividades em 4 (quatro) fases, tendo sido avaliadas e consideradas as seguintes limitações: a) o isolamento social imposto pela pandemia da COVID-19, uma vez que as atividades foram iniciadas em janeiro de 2021 e b) impossibilidade de visitar a totalidade das escolas do município em virtude da distância territorial e dificuldade de acesso, decorrentes das características geográficas da região e diante do cronograma estabelecido para o projeto.

1ª FASE

em regime de home office, procedeu-se o levantamento de indicadores da educação pública municipal no Arquipélago do Marajó, tendo como fonte preliminar os dados oficiais consolidados na plataforma QEdu Gestão (plataforma que auxilia a análise de dados das redes de ensino ou escolas relacionados a perfil docente, infraestrutura, aprendizados dos alunos, entre outros), em uma versão elaborada especificamente para os municípios do Marajó, a partir da qual foram coletados somente os dados concernentes (1) à nota do IDEB, (2) Taxa de Analfabetismo e (3) Distorção Idade Série. Todavia, levando-se em conta o entendimento predominante entre diversos estudiosos da área educacional de que os índices inicialmente adotados não constituem indicadores suficientes para a compreensão da realidade educacional, recorreu-se a uma rede de apoio ofertada ao TCMPE, pelo Comitê Técnico da Educação do Instituto Rui Barbosa (CTE/IRB) e o Interdisciplinaridade Evidência e Debates Educacionais (IEDE), o que resultou, após realização de reuniões virtuais, na elaboração conjunta de questionários alinhados aos 7 (sete) eixos de abordagem que estruturam o projeto, possibilitando a ampliação e aprimoramento dos dados a serem coletados.

2ª FASE

em razão da impossibilidade da realização de viagens e a necessidade, ainda, de distanciamento social, nos meses de abril e maio de 2021, procedeu-se a aplicação dos questionários aos secretários municipais de educação e coordenadores pedagógicos das escolas localizadas nas zonas urbana e rural dos 16 (dezesesseis) municípios do Arquipélago do Marajó, mediante entrevistas realizadas em plataforma virtual. Naquele momento, Oeiras do Pará ainda não fazia parte do Marajó.

3ª FASE

Na terceira fase, após a liberação de viagens, deu-se início ao ciclo de visitas, programado para alcançar os 17 (dezessete) municípios da Região do Marajó, com o objetivo de:

a) reunir com o Poder Legislativo, Ministério Público, Prefeito Municipal, Secretária Municipal de Educação e sua equipe técnica, gestores escolares, coordenadores pedagógicos, professores, integrantes dos Conselhos de Controle Social – Conselho de Alimentação Escolar (CAE), Conselho de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (CACS-Fundeb), e Conselho Municipal de Educação (CME), os Conselhos Escolares, representantes da sociedade civil e, onde houver, representantes locais das Universidades Públicas;

b) proceder a visitação de escolas, por amostragem, das zonas rural e urbana, com aplicação de questionários aos seus diretores, coordenadores pedagógicos e professores. A finalidade das visitas aos municípios vai além de coletar/validar dados, mas, especialmente, oportuniza à equipe técnica conhecer e avaliar in loco da realidade vivida pelos alunos da rede pública de ensino, tanto em relação ao sistema educacional, quanto à situação sócio/econômica, bem como possibilita a sensibilização dos principais atores envolvidos com a concretização da política pública, buscando conscientizá-los da importância da participação de todos no Projeto.

4ª FASE

consiste na elaboração de diagnóstico, ou seja, na identificação das possíveis deficiências que ocasionam a ineficiência do sistema educacional, assim como na proposição de potenciais soluções, o que se faz com base no levantamento da situação escolar e nas informações coletadas a partir da aplicação dos questionários, da pauta das reuniões realizadas com as diversas instituições envolvidas, da observação direta das características locais geográficas, climáticas e culturais, bem como do conhecimento da gestão, em sua perspectiva administrativa, estrutura física das escolas, transporte, alimentação escolar e aspectos pedagógicos.

A seguir são apresentados os resultados das atividades desenvolvidas, em conformidade com a metodologia acima exposta, mas com os dados consolidados no Arquipélago do Marajó como um todo, sem especificar a realidade de cada município da região, justamente para não se criar, no contexto deste relatório, qualquer espécie de ranqueamento ou classificação dos municípios. A especificidade apresentada em cada município está discriminada nos relatórios municipais. A elaboração do presente relatório coube às equipes designadas formalmente pela Presidência do TCMPA para proceder a visitação in loco, em cada município.



3. DOS RESULTADOS



No período de
2º SEMESTRE
de 2021 ao
1º SEMESTRE
de 2022

A equipe técnica visitou todos os 17 municípios do Marajó. Na ocasião, foram realizadas reuniões com o Ministério Público Estadual, Câmara dos Vereadores, Prefeitura Municipal, Secretaria Municipal de Educação e equipe técnica, Conselho Tutelar, Universidade Federal do Pará (UFPA/Campus Breves), Instituto Federal do Pará (IFPA/Campus Breves), Conselhos de Controle Social (CAE, CACS-Fundeb, CME), com a Prelazia do Marajó e a Diocese de Ponta de Pedras, e representantes da sociedade civil.



Procedeu-se, também, à visita às escolas selecionadas das zonas rural e urbana, com aplicação de questionários aos seus diretores, coordenadores pedagógicos e professores.



No presente relatório, os resultados dos trabalhos encontram-se expostos em **2 (duas) partes**. Na primeira delas, descreve-se a conjuntura do município a partir da demonstração dos indicadores educacionais, coletados e analisados, cotejando-os com o cenário Estadual e Nacional; na segunda, apresenta-se a avaliação das 7 (sete) dimensões da política educacional, que constituem os eixos estruturantes definidos no Projeto de Fortalecimento da Educação dos Municípios no Estado do Pará, que ao final subsidiará o encaminhamento de ações, que possam contribuir com o desenvolvimento e aprimoramento da educação.

3.1. INDICADORES EDUCACIONAIS

Segundo o INEP, ano base 2021, a rede pública municipal de ensino dos 17 municípios do Marajó é composta de 1.255 escolas, sendo 143 (11,4%) unidades escolares na zona urbana e 1.112 (88,6%) unidades escolares na zona rural (Gráfico 1), para atender 172.573 alunos matriculados, que se encontram assim distribuídos: 68.722 (39,8%) alunos nas escolas da zona urbana, e 103.851 (60,2%) alunos nas escolas da zona rural (Gráfico 2). O confronto dos dados sobre escolas existentes versus alunos matriculados, entre zona urbana e zona rural, evidencia por si só o grau de concentração de alunos matriculados nas escolas da zona urbana.

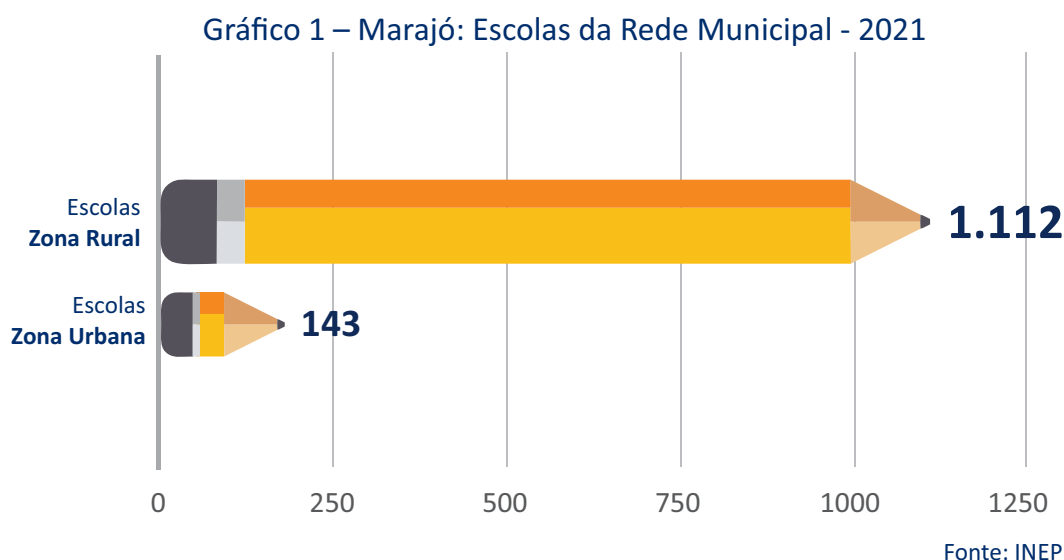
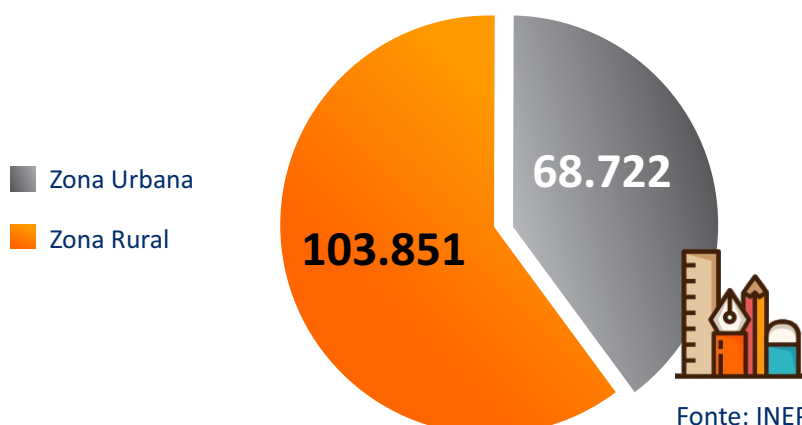
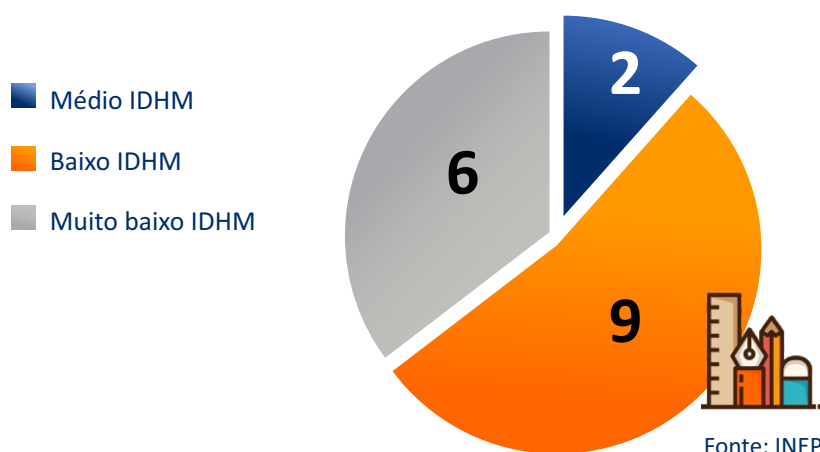


Gráfico 2 – Marajó: Alunos Matriculados nas Escolas da Rede Municipal- 2021



De acordo com o último levantamento do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM), realizado em 2010, pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), 6 (seis) municípios do Marajó encontravam-se na faixa de Muito Baixo Desenvolvimento Humano, 9 (nove) municípios na faixa de Baixo Desenvolvimento Humano, e 2 (dois) municípios na faixa de Médio Desenvolvimento Humano (Gráfico 3), com indicadores educacionais que revelam o baixo desempenho da rede de ensino em todos os municípios.

Gráfico 3 – Marajó: Índice de Desenvolvimento Humano Municipal - 2010



Esse resultado apresentado pelo IDH municipal é afetado, dentre outros determinantes, pelos indicadores educacionais ocorrentes em cada município, e neste caso também envolve o resultado apresentado pela rede de ensino estadual. A princípio, leva a entender que o resultado dos indicadores educacionais naquele ano não foi satisfatório.

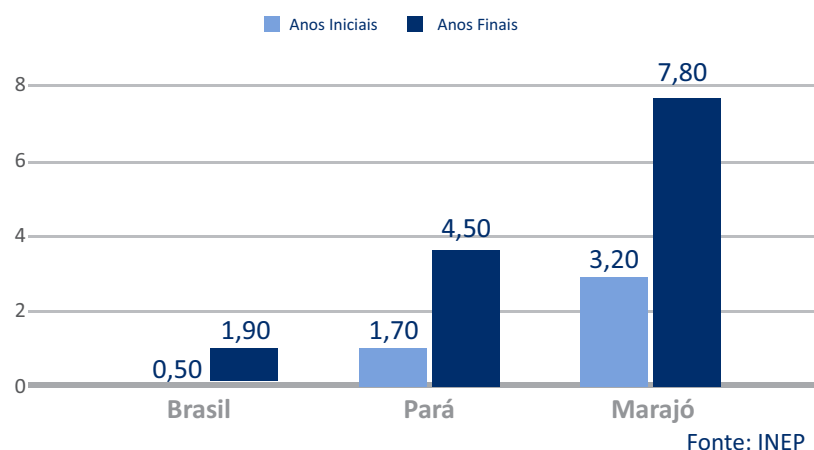
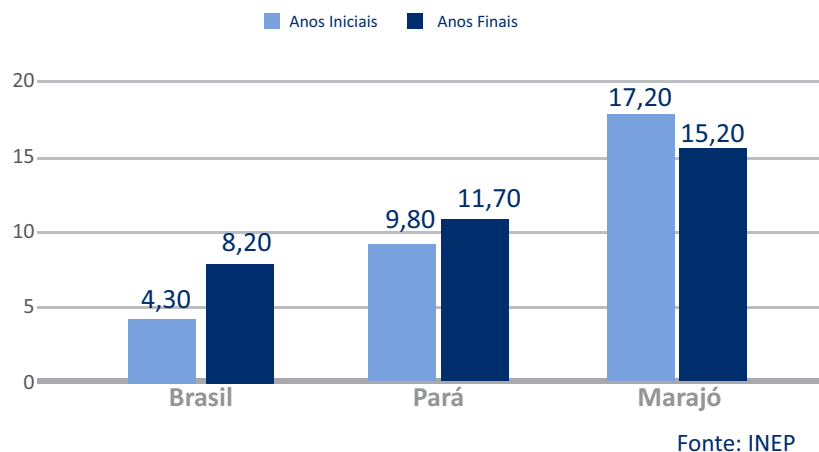
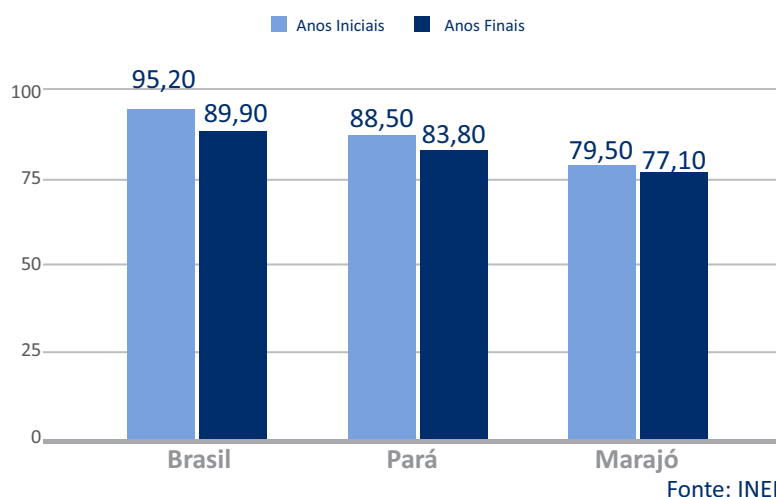
Os dados educacionais referentes a 2019, dez anos depois da divulgação do IDHM, demonstram que o contexto desfavorável no Marajó não foi revertido, conforme indicadores selecionados para avaliação do Projeto, a seguir evidenciados.

3.1.1. TAXAS DE RENDIMENTO ESCOLAR

As taxas de rendimento escolar de cada instituição constituem indicadores utilizados no cálculo do IDEB. São apuradas ao final de um ano letivo e indicam a quantidade de alunos aprovados, reprovados e que abandonaram a escola.

A taxa média de reprovação de alunos dos municípios que compõem o Marajó é de 17,22% nos anos iniciais e de 15,21% nos anos finais, apresentando-se bem maior que a taxa de reprovação do estado do Pará, no qual o índice apresenta-se em torno de 10% nos anos iniciais e finais, bem como o índice de abandono dos alunos do Marajó é quase duas vezes maior que a média do restante do estado (Gráfico 4).

Gráfico 4 – Taxas de Rendimento Brasil/Pará/Marajó - 2019



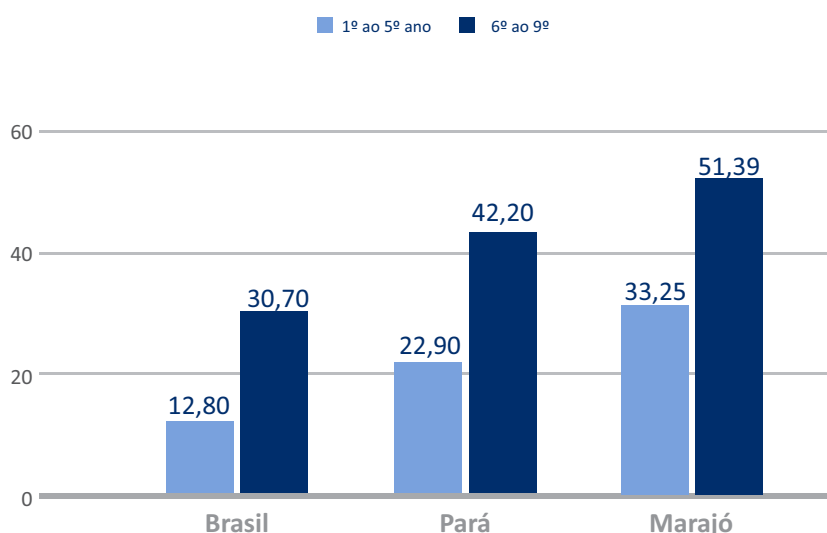
3.1.2 DISTORÇÃO IDADE-SÉRIE

A distorção idade-série é definida pela proporção de alunos com mais de 2 anos de atraso escolar. No Brasil, o ensino fundamental compreende a fase do 1º ao 9º ano, devendo-se garantir o ingresso da criança aos 6 anos de idade, com expectativa de conclusão dessa etapa de escolarização aos 14 anos.

A taxa de reprovação evidenciada no item anterior, em uma primeira análise, constitui fator que contribui para a distorção idade-série que, no Marajó, é de 33,25% do total de alunos dos anos iniciais, que representa um acréscimo de 45% acima do índice do restante do estado, que é de 22,90%, agravando-se nos anos superiores, quando essa taxa de distorção se eleva para 51,29%, ou seja, a cada grupo de 100 (cem) alunos, 51 (cinquenta e um) encontram-se com pelo menos 2 (dois) anos de atraso escolar (Gráfico 5).

Gráfico 5 – Taxas de Distorção Idade Série Brasil/Pará/Marajó - 2019

DISTORÇÃO IDADE SÉRIE (%)



Fonte: INEP

3.1.3. APRENDIZADO ADEQUADO

O aprendizado adequado pressupõe o domínio de competências que demonstrem a proficiência do aluno, ou seja, sua compreensão, habilidade, preparo e conhecimento em determinada disciplina. Com a aplicação da Prova Brasil, foram indicadas pontuações a partir das quais os alunos podem ser considerados com domínio da competência avaliada. De acordo com a pontuação obtida, os alunos são distribuídos em quatro níveis de proficiência (insuficiente, básico, proficiente e avançado). São considerados alunos com aprendizado adequado aqueles que têm bom aproveitamento e estão nos níveis proficiente e avançado (Quadro 1).

Quadro 1– Escala de Aprendizagem - 2019

NÍVEIS DE ENSINO		INADEQUADO		ADEQUADO	
		INSUFICIENTE	BÁSICO	PROFICIENTE	AVANÇADO
 5º ANO	PORTUGUÊS	0 a 149 pts	150 a 199 pts	200 a 249 pts	> de 250 pts
	MATEMÁTICA	0 a 174 pts	175 a 224 pts	225 a 274 pts	> de 275 pts
 9º ANO	PORTUGUÊS	0 a 199 pts	200 a 274 pts	275 a 324 pts	> de 325 pts
	MATEMÁTICA	0 a 224 pts	225 a 299 pts	300 a 349 pts	> de 350 pts

Fonte: INEP

As altas taxas de reprovação e abandono são fatores que impactam no cálculo que define a escala de aprendizagem do aluno, condicionando, neste caso, ao nível de aprendizagem inadequado, seja no nível insuficiente seja no nível básico. De acordo com o Quadro 2, verifica-se que: a) a média da proficiência dos alunos do Marajó do 5º e 9º ano em português e matemática está situada no nível básico, grau inadequado, situação idêntica do resultado apresentado pelo estado do Pará; b) o percentual de alunos do Marajó com aprendizado adequado decresce quando se passa do 5º para o 9º ano: em português, decresceu de 20% para 14%, e em matemática decresceu de 12% para 5%, o que demonstra que na conclusão do ensino fundamental, de um total de 100 alunos, apenas 14 alunos têm aprendizado adequado em português e somente 5 alunos em matemática.

Quadro 2 – Aprendizado Adequado e Média de Proficiência Brasil/Pará/Marajó - 2019

NÍVEIS DE ENSINO		APRENDIZADO ADEQUADO (% de alunos)			MÉDIA DA PROFICIÊNCIA		
		BRASIL	PARÁ	MARAJÓ	BRASIL	PARÁ	MARAJÓ
 5º ANO	PORTUGUÊS	55,00	34,00	20,12	210,78	192,27	164,36
	MATEMÁTICA	45,00	23,00	12,41	223,90	202,54	176,35
 9º ANO	PORTUGUÊS	33,00	21,00	14,59	254,10	242,24	233,66
	MATEMÁTICA	17,00	8,00	5,81	255,57	240,65	234,95

Fonte: INEP

3.1.4. ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA (IDEB)

O IDEB é o principal indicador da qualidade do ensino no Brasil, medido em uma escala que vai de 0 a 10, cujo cálculo obtém-se a partir da combinação de dois critérios de avaliação da educação, que são: o aprendizado e o fluxo escolar. O aprendizado corresponde ao resultado dos estudantes avaliados no Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB), aferido tanto pela Prova Brasil (avaliação censitária do ensino público) e a Avaliação Nacional da Educação Básica (ANEB), que inclui também a rede privada, enquanto o fluxo representa a taxa de aprovação dos alunos.

Nos municípios do Marajó, o baixo fluxo de alunos (decorrente das altas taxas de reprovação e de abandono) manteve o IDEB baixo em 2019, prejudicando o bom resultado alcançado.

O nível de aprendizagem dos alunos da rede municipal dos municípios do Marajó, tanto do 1º ao 5º ano quanto do 6º ao 9º ano, é inferior a 5%, estando muito próximo dos resultados do Pará, ambos inferiores à realidade do país. Com relação ao fluxo, o índice situa-se entre 0,79 e 0,78, significando, em média, que, a cada 10 alunos, 7 seguem regularmente para a série posterior, realidade quase que idêntica aos dados do Pará. Também relevante é a repercussão que esses resultados estão gerando no IDEB: os alunos do Marajó só conseguiram uma pontuação média de 3,5 (1º ao 9º ano), enquanto a do Pará oscila de 4,6 a 3,9, e a do Brasil de 5,6 a 4,6, ou seja, o desempenho dos alunos do Marajó está em um nível inferior ao do estado e a dois níveis inferiores ao do país (Quadro 3)

Quadro 3 – IDEB Brasil/Pará/Marajó - 2019

		APRENDIZADO	FLUXO	IDEB	
	BRASIL	1º AO 5º ANO	6,02	0,94	5,66
		6º AO 9º ANO	5,21	0,89	4,64
	PARÁ	1º AO 5º ANO	5,33	0,88	4,69
		6º AO 9º ANO	4,71	0,83	3,91
	MARAJÓ	1º AO 5º ANO	4,44	0,79	3,55
		6º AO 9º ANO	4,49	0,78	3,52

Fonte: INEP

Na série histórica evidenciada no Quadro 4 constata-se que o Marajó está com o IDEB médio abaixo do projetado, tanto nos anos iniciais quanto nos anos finais, demonstrando que a rede de ensino dos municípios do Arquipélago precisa de atenção.

Quadro 4– Série Histórica Projetada x Realizada – Brasil/Pará/Marajó – 2015-2019

		IDEB PROJETADO			IDEB REALIZADO		
IDEB ANOS INICIAIS		2015	2017	2019	2015	2017	2019
	BRASIL	4,8	5,1	5,4	5,3	5,6	5,7
	PARÁ	4,0	4,3	4,6	4,3	4,5	4,6
	MARAJÓ	4,0	4,53	4,6	3,7	3,6	3,6
IDEB ANOS FINAIS		2015	2017	2019	2015	2017	2019
	BRASIL	4,3	4,6	4,9	4,1	4,3	4,6
	PARÁ	4,4	4,7	4,9	3,6	3,6	3,9
	MARAJÓ	4,1	4,4	4,7	3,5	3,3	3,6

Fonte: INEP

3.2. DIMENSÕES AVALIADAS – EIXOS ESTRUTURANTES

3.2.1. FORTALECIMENTO DA GESTÃO DA SECRETARIA E DAS ESCOLAS MUNICIPAIS

A gestão das políticas municipais de educação, de responsabilidade da Secretaria Municipal de Educação (unidade gestora), requer conhecimento de gestão pública, das legislações que norteiam a área educacional, da realidade da rede de ensino em que irão atuar, dos recursos financeiros disponíveis, da importância da formação dos profissionais que integram o quadro de servidores, para tanto, faz-se necessário realizar um bom diagnóstico para assinalar as deficiências e direcionar suas ações aos setores que merecem maior atenção.

Na avaliação, foram considerados aspectos relevantes e que reconhecidamente conduzem ou podem conduzir ao fortalecimento da Gestão da Secretaria e das Escolas Municipais, em médio e longo prazo, bem como levou-se em conta a adoção de medidas indispensáveis ao enfrentamento de situações urgentes e inadiáveis.



Planejamento

O planejamento constitui um importante instrumento para a eficiência no alcance dos resultados da gestão. É imprescindível, que o gestor municipal tenha conhecimento de sua realidade e das políticas públicas educacionais a serem implementadas, determine as diretrizes que envolvem todo o corpo técnico que compõe a gestão para juntos planejarem os objetivos, diretrizes e metas que permitirão o alcance dos objetivos estratégicos elencados.

a) Problema Identificado

Em 15 (88%) municípios do Marajó inexistiu o planejamento como ferramenta norteadora da gestão da SEMED e das unidades escolares.

b) Solução Proposta:

Planejar o desenvolvimento das atividades anuais da educação, determinando objetivos, diretrizes e metas que nortearão a execução da política educacional da rede municipal, assegurando a sua plena execução e monitoramento.

Em alguns casos específicos, é necessário adotar procedimentos para garantir autonomia financeira aos gestores das SEMEDs para o efetivo planejamento da gestão educacional.



Plataforma de Gestão dos Resultados em Rede

É de grande relevância que o município possua uma plataforma de gestão em rede imprescindível para qualificar a administração e conseguir que os alunos realmente aprendam, não repitam o ano e frequentem a sala de aula, bem como para beneficiar gestores, professores, funcionários, alunos e pais com recursos que contribuam para a melhoria do desempenho do município, principalmente nas avaliações externas.

Uma plataforma que possibilite o gerenciamento do acervo acadêmico, criada para centralizar as informações e integrar os setores da Secretaria Municipal de Educação. O principal objetivo da plataforma é modernizar todos os setores da Secretaria. Mas possui também outras finalidades como: controle dos principais processos, reduzindo custos, tempo de trabalho e possibilidade de erros; gestão otimizada dos processos relativos ao corpo docente, inclusive dos concursos de designação temporária e remoção; agilidade nas rotinas de matrícula e disponibilização do resultado final; possibilita melhorias nas práticas pedagógicas do processo de ensino-aprendizagem; precisão e rapidez nas rotinas de prestação de contas à Secretaria de Estado da Educação e ao Ministério da Educação.

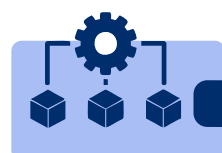
a) Problema Identificado

Em 14 (82%) municípios do Marajó inexistente uma plataforma de gestão que garanta a integração das informações e que possibilite o efetivo acompanhamento dos resultados da rede municipal.

Em geral, as atividades desenvolvidas pelos servidores dos diversos estabelecimentos educacionais ocorrem sem ferramentas de integração que possibilite a alimentação e remessa de informações de toda a rede de forma tempestiva, e que assegure uma avaliação sistematizada e pormenorizada.

b) Solução Proposta:

Utilizar uma Plataforma de Gestão de Resultados da rede, que possibilite o planejamento das atividades anuais da educação, determinando objetivos, diretrizes e metas que nortearão a execução da política educacional da rede, assegurando a sua plena execução e monitoramento.



Estrutura Organizacional da Rede

A estrutura organizacional diz respeito aos mecanismos indispensáveis ao desenvolvimento de suas atividades rotineiras, que compreende a infraestrutura do prédio, quadro de servidores (com definição de quantitativo e competências), tecnologia da informação, dentre outros

a) Problema Identificado

Em 12 (71%) municípios do Marajó o número de servidores é insuficiente e a estrutura predial da SEMED é inadequada.

Em alguns casos, o problema está no elevado comprometimento dos recursos do FUNDEB com folha de pagamento, dificultando a contratação de novos servidores. E também se manifesta em alguns casos a inexistência ou insuficiência de recursos tecnológicos de apoio ao planejamento e acompanhamento e resultado da política educacional da rede municipal de ensino.

b) Solução Proposta:

Revisar o quadro de servidores da educação e, caso necessário, redistribuir de acordo com as necessidades das SEMEDs, ajustando consequentemente a folha de pagamento para atender as demandas das suas redes de ensino.

Adequar e/ou melhorar a infraestrutura física do prédio das SEMEDs para melhor desenvolvimento das atribuições de sua competência.

Ampliar os sistemas tecnológicos que propiciem o apoio ao planejamento e acompanhamento das ações desenvolvidas no âmbito das redes municipais de ensino.



Seleção de Gestores Escolares

A definição e observância de critérios técnicos de mérito e desempenho qualificam a escolha de diretores de escola, e, por conseguinte, contribuem para a melhoria dos resultados da aprendizagem.

Imprescindível destacar que o Supremo Tribunal Federal já reconheceu como inconstitucional a eleição direta para diretores escolares, por ferir prerrogativa de livre nomeação e exoneração do Chefe do Poder Executivo (ADI 2997). Contudo, não há impedimento que se efetive a gestão democrática, associada a critérios técnicos de mérito e desempenho e à consulta à comunidade escolar, uma vez que tal providência guarda conformidade com Plano Nacional de Educação (Meta 19), e por conseguinte, nos Planos Municipais de Educação.

a) Problema Identificado

Em 16 (94%) municípios do Marajó a escolha de diretores decorre de indicação política, sem observância de critérios técnico-pedagógicos. Em alguns municípios, os critérios definidos pela legislação municipal não contemplam, em sua totalidade, as competências necessárias para o exercício da função de gestor escolar, quanto às habilidades administrativas e organizacionais, habilidades de comunicação e características individuais próprias, como liderança, autoridade e inovação, e nem tampouco os conhecimentos pedagógicos requeridos para a função.

Por sua vez, em alguns municípios a legislação municipal contempla a eleição direta para escolha de diretor escolar, contrariando, nesse caso, a decisão do STF.

b) Solução Proposta:

Adequar a legislação municipal, mais especificamente os Plano de Cargos, Carreira e Remuneração dos Profissionais da Educação (PCCR), para:

i. definir os critérios técnico-pedagógicos para indicação dos diretores de escola, reforçando o disposto na Meta 19 do Plano Nacional de Educação.

ii. disciplinar a consulta à comunidade escolar, com a finalidade de qualificar a escolha a ser realizada pela autoridade competente, pois providência nesse sentido também encontra guarida na Constituição Federal.

iii. definir que a indicação é de competência do Prefeito Municipal, conforme deliberado pelo STF.

3.2.2. GARANTIA DE ACESSO, PERMANÊNCIA E APRENDIZAGEM

A Constituição Federal preceitua que "A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho." (art. 205).

Ao tratar a educação como um direito de todos, a Carta Magna estabelece a universalização do ensino como caminho para construção de uma sociedade democrática, com a promoção do desenvolvimento da pessoa e de sua qualificação para o trabalho, determinado como dever correspondente a cargo da família e do Estado para alcançar tal fim, a colaboração, a promoção do acesso e da permanência de todos, principalmente das crianças e adolescentes, nos bancos escolares.



Realização de Busca Ativa Escolar

A busca ativa escolar é uma estratégia que objetiva garantir o retorno e a permanência dos alunos na escola, através de ações que envolvem a mobilização não somente dos educadores, mas de profissionais de diversas áreas como saúde, assistência social, conselho tutelar, o envolvimento da família, e que evitem o risco do abandono, intensificado pela pandemia, possibilitando aos municípios a obtenção de dados relevantes para o planejamento, desenvolvimento e implementação de políticas públicas favoráveis à inclusão escolar, efetivando a matrícula de crianças, jovens e adultos, assegurando assim a permanência de todos nas unidades escolares.

a) Problema Identificado

Nos 17 (100%) municípios do Marajó a busca ativa realizada no período que arrefeceu a pandemia do Covid-19 e as redes municipais de ensino decidiram o retorno das aulas presenciais, não produziu um resultado favorável quanto ao aumento linear das matrículas, ocorrendo situações de diminuição específica em segmento de educação infantil, ou do ensino fundamental, e inclusive da EJA.

b) Solução Proposta:

Fortalecer as ações de realização da busca ativa dos alunos, seja da educação infantil seja do ensino fundamental ou da EJA, em parceria com órgãos públicos de assistência social, saúde e proteção à infância, adolescência e juventude, preservando o direito de opção da família em relação às crianças de até 3 anos.



Política de Avaliação dos Alunos da Rede Pública Municipal

Para checagem do conhecimento dos alunos em habilidades/objetivos de aprendizagem específicos, necessária se faz a realização de procedimento avaliativo diagnóstico periódico sobre o padrão de aprendizagem abrangendo estudantes por ano/série, de modo a organizar programas de recuperação, na forma remota e/ou presencial, com base nos resultados de avaliação diagnóstica.

a) Problema Identificado

Nos 17 (100%) municípios do Marajó não há uma política de avaliação periódica da rede abrangendo estudantes por ano/série.

b) Solução Proposta:

Adotar procedimento avaliativo diagnóstico periódico por ano/série sobre o padrão de aprendizagem, envolvendo os alunos da rede municipal de ensino.



Projetos Pedagógicos com Vistas à Melhoria dos Resultados

A melhoria dos indicadores relativos à nota do IDEB, taxa de analfabetismo e distorção idade-série requer, dentre outras ações, a elaboração de projetos que contemplem estratégias pensadas pela gestão a partir da realidade local.

a) Problema Identificado

Nos 17 (100%) municípios do Marajó inexistem estratégias e iniciativas pedagógicas em execução na rede municipal de ensino, que visem reduzir a alta taxa de analfabetismo, a distorção idade-série e a baixa nota do IDEB. Em alguns municípios existem projetos específicos desenvolvidos em uma ou duas escolas da rede, mas sem que constitua em uma estratégia das SEMEDs para a rede de ensino como um todo.

Na maioria dos municípios os Projetos Político Pedagógico (PPP) das escolas municipais estão desatualizados. Além disso, são insuficientes as estratégias utilizadas para assegurar a participação das famílias nas atividades escolares.

b) Solução Proposta:

Elaborar e executar projetos que fomentem o desenvolvimento de tecnologias educacionais e de práticas pedagógicas inovadoras que assegurem a alfabetização e favoreçam a melhoria do fluxo escolar e a aprendizagem dos(as) alunos(as), consideradas as diversas abordagens metodológicas e sua efetividade.

As SEMEDs têm que assegurar apoio técnico pedagógico às escolas para atualização dos PPPs.

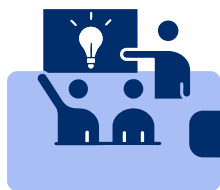
As escolas têm que ampliar as estratégias direcionadas à sensibilização das famílias quanto à relevância da participação na vida escolar.

Fotos 01 a 03 – Exemplos de escrita de alunos do 4º ano não alfabetizados na rede municipal de ensino.

VOCÊ É ITANU4ADNU

(O A O P

VOCÊ LIT 104º ano



Turmas Multisseriadas

As turmas multisseriadas seguem regulamentação da Resolução CNE/CEB nº 002/2008 e atendem aos alunos que se encontram na mesma classe, porém possuem faixas etárias e séries diversas. Um único professor ministra conteúdos diferenciados correspondentes a cada ano escolar. É uma forma de ensino comum na zona rural em razão de fatores como acesso difícil, número reduzido de alunos na localidade e carência de professores.

Destaca-se que esta organização de ensino requer tanto da parte do gestor municipal apoio técnico e financeiro, como da parte do professor conhecimento e habilidade no desenvolvimento da metodologia que será eficaz ao alcance do ensino aprendizagem dos alunos matriculados nessas turmas.

a) Problema Identificado

Nos 17 (100%) municípios do Marajó há ausência de propostas pedagógicas e metodologias adequadas a classes multisseriadas, inexistente formação continuada específica para os educadores que atuam neste segmento, e inexistem também materiais didáticos e bibliográficos apropriados para o desenvolvimento da proposta pedagógica de turmas multisseriadas.

b) Solução Proposta:

Fortalecer o desenvolvimento de propostas pedagógicas e metodologias adequadas a classes multisseriadas.

Realizar formação continuada específica para os educadores que atuam na modalidade de ensino multisseriado.

Fornecer materiais didáticos e bibliográficos apropriados para o desenvolvimento da proposta pedagógica de turmas multisseriadas.



Retorno às Aulas Presenciais

Em decorrência da pandemia da COVID-19, iniciada em março de 2020, o Conselho Nacional de Educação editou a Resolução nº 11/2020, aprovando orientações educacionais no âmbito nacional para a realização de aulas e atividades pedagógicas presenciais e não presenciais na rede de ensino. Em seguida, editou a Resolução nº 15/2020, estabelecendo diretrizes nacionais para a implementação da Lei nº 14.040/2020, com relação às normas educacionais excepcionais a serem adotadas durante o estado de calamidade pública (reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6/2020), estabelecendo enfim orientação às redes de ensino quanto a integração curricular e a prática das ações educacionais em âmbito nacional no período da pandemia

a) Problema Identificado

Em 6 (35%) municípios do Marajó, no período de predominância da pandemia do Covid-19 (2020 e 2021), não houve disponibilização de metodologia de ensino (presencial ou remota) e/ou atividades pedagógicas.

Nos demais municípios (65%) diversas iniciativas foram adotadas para compensar a não realização do ensino presencial, como a entrega de atividades pedagógicas para os alunos da rede municipal de ensino, mas sem ocorrência de plantão pedagógico para apoio aos pais, responsáveis e alunos para desenvolvimento das atividades pedagógicas, e a disponibilização de conteúdo por meio remoto, via sistema de rádio e rede social (Facebook e WhatsApp).

As dificuldades na adoção da sistemática de ensino não presencial na região foram: a precariedade de acesso virtual em todos os municípios do Marajó, a reduzida disponibilidade de aparelhos de comunicação (computador, celular, tablet, entre outros) por parte das famílias dos alunos, e a dispersão das escolas da zona rural.

Quando arrefeceu a pandemia, os municípios não elaboraram um plano adequado para retorno seguro às aulas presenciais, defrontando-se os alunos com a precariedade da infraestrutura das unidades escolares e ausência de condições higiênico-sanitárias nas escolas.

b) Solução Proposta:

Dotar as unidades escolares das condições mínimas de funcionamento e medidas higiênico-sanitárias necessárias para garantir o retorno às aulas em um ambiente seguro aos alunos da rede municipal.



Calendário Escolar - Carga Horária Mínima Anual

A Lei nº 9.394/1996, que define as diretrizes e bases da educação nacional, dispõe em seu artigo 31, inciso II, que a carga horária mínima anual será de 800 (oitocentas) horas, distribuída por um mínimo de 200 (duzentos) dias de trabalho educacional.

A Lei nº. 14.040/2020, em virtude da pandemia, estabeleceu as seguintes exceções:

- i. Para a educação infantil, dispensou a obrigatoriedade de observância do mínimo de dias de trabalho educacional (200 dias) e o cumprimento da carga horária mínima anual (800 horas); e
- ii. Para o ensino fundamental, dispensou a obrigatoriedade de observância do mínimo de dias de efetivo trabalho escolar (200 dias), desde que cumprida a carga horária mínima anual (800 horas).

a) Problema Identificado

Nos 17 (100%) municípios do Marajó não estão sendo cumpridos os 200 (duzentos) dias letivos no período de aulas normais.

b) Solução Proposta:

Reorganizar o calendário escolar, considerando as peculiaridades locais, inclusive climáticas e econômicas, sem reduzir o número mínimo de horas letivas e assegurando formas de alcance das competências e objetivos de aprendizagem.

Viabilizar mecanismos que possibilitem a realização do pagamento dos professores e barqueiros de forma a não inviabilizar o cumprimento dos dias letivos.

3.2.3. INFRAESTRUTURA ESCOLAR

A infraestrutura escolar abrange espaço físico arejado e com acessibilidade, contendo salas de aulas espaçosas, banheiros, refeitórios, biblioteca, compreendendo também mobiliário e equipamentos adequados tanto à idade quanto ao atendimento das pessoas com deficiências especiais.

a) Problema Identificado

Nos 17 (100%) municípios do Marajó registra-se situação precária de infraestrutura nos estabelecimentos escolares, na parte elétrica, hidráulica e estrutura física dos prédios, carência de mobiliários.

Existência de obras paralisadas oriundas do Plano de Ações Articuladas (PAR), firmado com o FNDE.

b) Solução Proposta:

Realizar o Levantamento da Situação Escolar (LSE), identificando as escolas que precisam de intervenção e/ou melhorias, para planejar e executar ações que assegurem condições de funcionamento regular das unidades escolares.

Providenciar a regularização das obras paralisadas, observando a capacidade financeira da rede municipal.

Fotos 04 a 21 – Escolas municipais da zona urbana e da zona rural existentes no Marajó





3.2.4. POLÍTICAS PÚBLICAS DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR

O art. 208 da Constituição Federal prevê que é dever do Estado garantir o atendimento ao educando no ensino fundamental através de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde.

A Lei nº 11.947/2009, que criou o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) dispõe que a alimentação escolar é direito dos alunos da educação básica pública e dever do Estado, devendo ser promovida e incentivada com vista ao atendimento dos princípios e das diretrizes estabelecidas na legislação correlata. Estabelece ainda que o município destine pelo menos 30% dos recursos repassados pelo PNAE para aquisição de produtos da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural.

Cabe ressaltar que a obrigação da União, através do PNAE, é de caráter suplementar, ficando ao encargo dos estados e municípios, a função principal de oferecer aos seus alunos do ensino básico, a alimentação escolar.



Elaboração de Cardápios

Considerando o disposto na resolução CD/FNDE nº 06/2020, os cardápios da alimentação escolar devem ser elaborados pelo Responsável Técnico (RT) do PNAE, tendo como base a utilização de alimentos in natura ou minimamente processados, de modo a respeitar as necessidades nutricionais, os hábitos alimentares, a cultura alimentar da localidade e pautar-se na sustentabilidade, sazonalidade e diversificação agrícola da região e na promoção da alimentação adequada e saudável.

a) Problema Identificado

Em 16 (94%) municípios do Marajó ocorre a elaboração de um cardápio de baixo valor nutricional para a zona rural, com priorização na oferta de produtos industrializados e processados. No geral, o cardápio elaborado não respeita as faixas etárias, perfil epidemiológico da população atendida e os hábitos alimentares da localidade.

b) Solução Proposta:

Elaborar um cardápio que priorize alimentos nutricionais, os hábitos alimentares, a cultura alimentar da localidade e pautar-se na sustentabilidade, sazonalidade e diversificação agrícola da região e na promoção da alimentação adequada e saudável.

Fortalecer a agricultura familiar para atendimento das demandas de preparações que atendam a zona rural.

Realizar teste de aceitabilidade do cardápio junto aos alunos, sempre que introduzir alimento novo.

Reforçar nas unidades escolares a obrigatoriedade de divulgação dos cardápios.

Pleitear junto ao FNDE a ampliação de entendimentos sobre mecanismos legais que possibilitem o enfrentamento dos desafios relacionados à baixa qualidade nutricional e inadequação do cardápio à cultura local, que exclui alimentos dos itens fornecidos para as escolas que atendem famílias ribeirinhas, como, por exemplo, o açaí, o peixe e o camarão regional, que inclusive são solicitados pelos próprios alunos marajoaras.



Aquisição de Gêneros Alimentícios

A Aquisição dos gêneros alimentícios deve ser pautada no cardápio elaborado pela nutricionista (Responsável Técnico), observando as diretrizes do PNAE e priorizando a alimentação saudável, com respeito aos hábitos alimentares, a cultura alimentar local, os alimentos in natura, evitando alimentos ultraprocessados, de baixo valor nutricional, e resguardando a aplicação do percentual de 30% da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural.

a) Problema Identificado

Nos 17 (100%) municípios do Marajó os recursos financeiros disponíveis são insuficientes para aquisição de gêneros alimentícios que assegurem o cumprimento dos 22 (vinte e dois) dias de fornecimento de alimentação escolar.

A aquisição de produtos da agricultura familiar está abaixo do percentual de 30% obrigatório, conforme legislação em vigor.

b) Solução Proposta:

Pleitear junto ao FNDE a ampliação de entendimento sobre mecanismos legais que possibilitem a aquisição de gêneros para a alimentação escolar, a exemplo do ocorrido no estado do Amazonas, em 2017, que dispensou o registro sanitário para proteínas e processados vegetais da produção dos povos indígenas destinada ao seu consumo, e estendeu sua aplicação para todos os povos e comunidades tradicionais do Brasil, quais sejam, quilombolas, indígenas, extrativistas, e também ribeirinhos, condição predominante dos estudantes marajoaras.

Fomentar discussão e pleitear junto ao FNDE o aumento do valor per capita/aluno/dia letivo diferenciado, assegurando ao estudante ribeirinho tratamento similar ao quilombola, indígena, extrativista, entre outros, que formam as comunidades tradicionais do Brasil, uma vez que os custos com a distribuição para as escolas rurais no Marajó são superiores ao valor da própria alimentação escolar, decorrentes das particularidades geográficas da região – distanciamento, isolamento e dificuldade de acesso.

Desenvolver ações junto a diversas entidades, no sentido de incentivar os agricultores familiares locais a produzir e fornecer gêneros destinados à alimentação escolar.



Distribuição de Gêneros Alimentícios

a) Problema Identificado

Em 16 (94%) municípios do Marajó há ausência de controle efetivo das SEMEDs no cumprimento dos prazos de entrega dos gêneros alimentícios por parte dos fornecedores, e no cronograma de distribuição para as escolas.

Em alguns municípios a distribuição dos gêneros alimentícios é feita diretamente ao diretor da escola, na sede da SEMED.

b) Solução Proposta:

Manter controle efetivo no cumprimento dos prazos de entrega dos gêneros alimentícios dos fornecedores para a SEMED e de distribuição para as escolas.



Armazenamento de gêneros alimentícios

a) Problema Identificado

Nos 17 (100%) municípios do Marajó há inadequação do espaço destinado ao armazenamento dos gêneros alimentícios adquiridos, e insuficiência e inadequação de mobiliários e equipamentos necessários às adequadas condições de armazenagem e controle dos estoques.

Nas escolas, o depósito da alimentação escolar geralmente não dispõe de condições adequadas de estocagem e conservação dos alimentos.

As escolas não apresentam nenhum mecanismo de controle dos gêneros alimentícios nelas armazenados e do prazo de validade dos gêneros alimentícios.

b) Solução Proposta:

Adequar o local existente para armazenamento apropriado da alimentação escolar, bem como mobiliários e equipamentos, tanto na SEMED quanto nas escolas.

Adotar, nas escolas, fichas de controle de estoque dos gêneros alimentícios recebidos, com observância dos prazos de validade.



Acompanhamento e Execução do Trabalho

a) Problema Identificado

Nos 17 (100%) municípios do Marajó é reduzido o número de nutricionistas para acompanhar o programa em todas as unidades escolares da rede municipal.

A ausência de equipamentos e utensílios de cozinha prejudica o desempenho adequado dos manipuladores no armazenamento, preparo e distribuição da alimentação escolar.

A carência de manipuladores de alimentos em escolas sobrecarrega, e por vezes inviabiliza a atividade de preparo da alimentação escolar.

b) Solução Proposta:

Ampliar o quadro de nutricionistas, conforme parâmetro estabelecido no art. 10 da Resolução nº 465/2010 do Conselho Federal de Nutricionista.

Dotar as escolas de equipamentos e utensílios de cozinha necessários.

Suprir a carência de manipuladores de alimentos em escolas da rede municipal de ensino.

Fotos 22 a 33 – Armazenamento e distribuição dos produtos da alimentação nas escolas municipais do Marajó





3.2.5. POLÍTICAS PÚBLICAS DE ATENDIMENTO NO TRANSPORTE ESCOLAR

A Constituição Federal de 1988 estabeleceu que o Estado deve garantir programas públicos de transporte escolar, assegurando acesso e permanência na escola para os alunos da zona rural.

O Art. 11, VI, da Lei nº 9.394/96 obriga os municípios a assumir o transporte escolar dos alunos da rede municipal. Não afastando a responsabilidade solidária de todos os Entes da Federação frente ao que está estabelecido no Art. 208, VII, da Constituição.

Assim, são necessárias providências aptas a assegurar que o poder público cumpra o seu dever de viabilizar o acesso de crianças à escola, viabilizando condições adequadas, regulares e seguras para a prestação do serviço de transporte escolar, observando principalmente o atendimento às regras de segurança em vigor.

Na prática, essa prestação de serviço é garantida por meio de recursos do Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar (PNATE), pelo Programa Federal “Caminho da Escola”, e recursos de ordem estadual e municipal.



Formas de Atendimento de Transporte Escolar

Na atualidade, a política pública de transporte escolar é garantida por meio de utilização de veículos (ônibus e micro-ônibus) e embarcações (lanchas) do Programa “Caminho da Escola”, do FNDE, bem como por locação de veículos e barcos de terceiros, por meio de contratação custeada com recursos do PNATE e outras fontes de recursos pertencentes ao estado e/ou município.

a) Problema Identificado

Nos 17 (100%) municípios do Marajó há inadequação do transporte escolar (lancha) do Programa “Caminho da Escola” nas comunidades onde o acesso ocorre por meio de furos e igarapés, predominante nos municípios, assim como existem veículos e embarcações do Programa “Caminho da Escola” sem condições de uso, necessitando de manutenção e reparos.

Os veículos e embarcações contratados nos municípios para o transporte escolar apresentam situação precária nos critérios de conforto, segurança, lotação e regularidade

b) Solução Proposta:

Estabelecer critérios objetivos de conforto, segurança e lotação das embarcações por ocasião da contratação.

Providenciar, dentro da capacidade orçamentária e financeira do município, serviços de manutenção e reparos dos veículos e embarcações do Programa “Caminho da Escola”.

Buscar junto ao FNDE orientações quanto aos procedimentos para destinação dos veículos e embarcações do Programa “Caminho da Escola” inservíveis para o fim a que se destinam.



Contratação dos Serviços Prestados

a) Problema Identificado

Em 4 (23%) municípios do Marajó inexistem procedimentos prévios à contratação de serviços de transporte escolar, tais como licitação, dispensa, chamada pública ou congêneres, enquanto nos demais 13 (77%) municípios há adoção de alguma medida preliminar, contudo, em ambas as situações não são especificadas na definição de rotas as circunstâncias reais que interferem diretamente na quantidade de combustível e, por conseguinte, no custo da contratação, tais como: duração (tempo) do trajeto, número de pessoas na embarcação e fluxo e/ou contrafluxo da maré.

O custo na contratação de serviços terceirizados também é elevado em decorrência da necessidade de disponibilização de grande número de embarcações para atender escolas com localizações geográficas dispersas.

Inexistem empresas que possuam estrutura própria de veículos suficientes para atender as rotas escolares, sendo comum a subcontratação desses serviços com os proprietários de barcos de diversas localidades dos municípios, ocasionando em geral insatisfação dos prestadores de serviços terceirizados.

b) Solução Proposta:

Adotar procedimento prévio à contratação de serviços de transporte escolar, tais como licitação, dispensa, chamada pública ou congêneres, especificando na definição de rotas, as circunstâncias que interferem no custo da contratação, tais como a duração (tempo) do trajeto, o número de pessoas na embarcação e o fluxo e/ou contrafluxo da maré.

Avaliar a possibilidade de viabilizar procedimentos de contratação direta com os barqueiros, em conformidade com a legislação vigente.

Revisar as rotas do transporte escolar, no sentido de otimizar os trajetos e/ou avaliar a possibilidade de nucleação de escolas da zona rural, visando proporcionar aos alunos o menor tempo de deslocamento às escolas, bem como o adequado dimensionamento e tipologia dos veículos utilizados.

Fomentar discussão e pleitear junto ao FNDE que no cálculo do valor destinado anualmente às Entidades Executoras sejam consideradas as diferenças regionais, geográficas e socioeconômicas do Marajó, uma vez que o atendimento predominante por embarcações representa custo elevado nas contratações.

Fotos 34 a 45 – Embarcações e ônibus utilizados no transporte escolar nos municípios do Marajó





3.2.6. VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO

Garantir uma educação pública de qualidade requer, dentre outras medidas, adoção de ações que garantam a qualidade nas condições de trabalho dos educadores e sua remuneração condigna, assegurado nos termos do art. 67 Lei nº 9.394/96 (LDB) e consubstanciado na meta 18 do PNE.



Estruturação do Quadro de Servidores

A Meta 18.1 do PNE estabeleceu que, até o início do terceiro ano de vigência do plano, ou seja, 2017, no mínimo, 90% (noventa por cento) dos profissionais do magistério e 50% (cinquenta por cento) dos profissionais da educação não docentes sejam ocupantes de cargos de provimento efetivo e estejam em exercício nas redes escolares às quais se encontrem vinculados.

a) Problema Identificado

Nos 17 (100%) municípios do Marajó o número de profissionais do magistério concursados da rede está abaixo do que preconiza a meta 18.1 do PNE, cujo prazo para atendimento expirou em 2017.

b) Solução Proposta:

Realizar concurso público para o provimento do quadro dos profissionais do magistério.



Remuneração

A remuneração do servidor integra o processo de valorização do servidor, e pressupõe uma remuneração condigna, de desenvolvimento do processo formativo e condições mínimas de trabalho, e que devem estar consubstanciadas no Plano de Carreiras do Servidor (PCCR).

Aos profissionais da educação é assegurada a existência de Plano de Carreiras tendo como referência o Piso Salarial Profissional Nacional, estabelecido nos termos do inciso VIII, Art. 206 da Constituição Federal, e regulamentado pela Lei nº 11.738/2008.

a) Problema Identificado

Nos 17 (100%) municípios do Marajó as vantagens remuneratórias dos profissionais do magistério efetivos não são aplicadas aos servidores temporário, ocorrendo tratamento desigual no pagamento da remuneração dos profissionais do magistério temporários.

Na quase totalidade dos municípios, o PCCR se encontra desatualizado.

b) Solução Proposta:

Assegurar o tratamento remuneratório isonômico previsto no PCCR, no que couber.

Atualizar o PCCR, adequando-o à legislação vigente no país que trata dos profissionais da educação.



Formação de Docentes

A formação continuada dos professores se constitui num importante instrumento de aprimoramento das práticas pedagógicas e das metodologias de ensino que serão utilizadas em sala de aula. É um processo de aprimoramento dos saberes e que irão assegurar uma atuação docente mais efetiva e que resulte na melhoria da qualidade do ensino.

a) Problema Identificado

Nos 17 (100%) municípios do Marajó inexitem formações continuadas para os professores da rede, em especial para os docentes que trabalham com objetivos de aprendizagem do currículo e ou avaliações externas.

b) Solução Proposta:

Implantar e implementar um programa de capacitação do corpo docente a título de formação continuada.

3.2.7. FORTALECIMENTO DOS CONSELHOS DE CONTROLE SOCIAL E UNIDADES EXECUTORAS

É fundamental e necessário estimular o controle social dos recursos da educação, adotando, dentre outras medidas, o funcionamento regular e autônomo dos conselhos de acompanhamento e controle social da área de educação, para que lhes sejam garantidas condições previstas na legislação para cumprir seu papel institucional.

A Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (ATRICON) vem estimulando os Tribunais de Contas de todo o país a prestar apoio a esses conselhos sociais, e inclusive editou a Resolução nº 03/2015, que voltado exclusivamente para a temática “Controle externo nas despesas com educação”.

Nesse sentido, a visita in loco aos CAE, CME e CACS-Fundeb teve por objetivo identificar o funcionamento desses conselhos de controle social de Breves, avaliando as condições de apoio para garantia da realização de suas atribuições.



Conselho de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (CACS-Fundeb)

O CACS-Fundeb é responsável pela fiscalização e controle da aplicação dos recursos do FUNDEB e do PNATE, juntamente com os órgãos de Controle Interno, Tribunais de Contas da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, conforme disposto no art. 30 da Lei nº 14.113/2020 que regulamenta o novo FUNDEB.

a) Problema Identificado

Nos 17 (100%) municípios do Marajó inexistem um planejamento de ações e estratégias para disciplinar a execução das atividades anuais de competência do CACS-Fundeb. Em geral, há ausência de apoio para garantia de infraestrutura e condições logísticas adequadas para o desempenho das atribuições do Conselho. E ocorre entrega intempestiva de documentação pertinente à prestação de contas dos recursos do FUNDEB e PNATE e ausência de devolutivas das diligências emitidas pelo Conselho.

b) Solução Proposta:

Orientar o CACS-Fundeb a planejar ações e estratégias de execução das suas atividades anuais, e capacitar os membros do Conselho acerca da atividade de acompanhamento da execução dos recursos do FUNDEB e PNATE.

Garantir a infraestrutura e logística adequadas ao funcionamento do Conselho, inclusive disponibilizando melhor acesso à internet.

Entregar a documentação pertinente à aplicação dos recursos do FUNDEB e do PNATE, em tempo hábil, de forma a permitir a análise acurada de competência do CACS-Fundeb, assim como apresentar de forma tempestiva as devolutivas de diligências emanadas pelo Conselho.



Conselho Municipal de Alimentação Escolar (CAE)

O CAE é um órgão colegiado de caráter fiscalizador, permanente, deliberativo e de assessoramento, instituído no âmbito dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, composto por, no mínimo, 7 (sete) membros titulares e seus respectivos suplentes, sendo, representantes do Poder Executivo, trabalhadores da educação e discentes, entidades civis e pais de alunos.

O CAE tem como principal função zelar pela concretização da alimentação escolar de qualidade, por meio da fiscalização dos recursos públicos repassados pelo FNDE, que complementa o recurso dos Estados, Distrito Federal e Municípios, para a execução do PNAE.

a) Problema Identificado

Nos 17 (100%) municípios do Marajó inexistem um planejamento de ações e estratégias para disciplinar a execução das atividades anuais de competência do CAE, há ausência de apoio para garantia de infraestrutura e condições logísticas adequadas para o desempenho das atribuições do Conselho, e ocorre entrega intempestiva de documentação pertinente à prestação de contas dos recursos do PNAE e ausência de devolutivas das diligências emitidas pelo Conselho.

b) Solução Proposta:

Orientar o CAE a planejar ações e estratégias de execução das suas atividades anuais, e capacitar os membros do Conselho acerca da atividade de acompanhamento da execução dos recursos do PNAE.

Garantir a infraestrutura e logística adequadas ao funcionamento do Conselho, inclusive disponibilizando melhor acesso à internet.

Entregar a documentação pertinente à aplicação dos recursos do PNAE, em tempo hábil, de forma a permitir a análise acurada de competência do Conselho, assim como apresentar de forma tempestiva as devolutivas de diligências emanadas pelo Conselho.



Conselho Municipal de Educação (CME)

A Constituição Federal de 1988 e a Lei nº 9.394/96 (LDB) amparam a existência, enquanto instituição, do CME. O PNE, na estratégia 19.5, da Meta 19, define o estímulo à criação e ao fortalecimento dos CMEs, como instrumentos de participação e fiscalização na gestão escolar e educacional, inclusive por meio de programas de formação de conselheiros, assegurando-se condições de funcionamento autônomo.

a) Problema Identificado

Em 10 (59%) municípios do Marajó há ausência de condições adequadas de infraestrutura e quadro de pessoal necessário ao pleno exercício das atividades do CME. Em 5 (29%) municípios inexistem o CME.

b) Solução Proposta:

Disponibilizar condições de infraestrutura e logística, bem como servidores para compor o corpo técnico, permitindo ao Conselho a realização de suas atividades.

Criar o Conselho Municipal de Educação.



Conselhos Escolares (CE)

O artigo 206 da Constituição Federal definiu que a educação pública no Brasil, deve ser pautada, com destaque para a gestão democrática do ensino. A Lei nº 9.394/96 (LDB), em seus artigos 14 e 15, estabeleceu a obrigatoriedade de participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares enquanto princípio de gestão democrática, atribuindo aos sistemas de ensino assegurar às unidades escolares públicas de educação básica gradativos graus de autonomia pedagógica, administrativa e financeira.

O Conselho Escolar se constitui como órgão colegiado com representatividade de todos os segmentos da comunidade escolar que tem por objetivo fortalecer e ampliar a participação da comunidade, família, alunos, professores e funcionários no bom funcionamento da escola, contribuindo tanto para a organização e aplicação de recursos como também para a organização de planos, metas e projetos escolares, garantindo assim uma gestão democrática do ensino.

a) Problema Identificado

Nos 17 (100%) municípios do Marajó há ausência de capacitações voltadas ao exercício da função de conselheiro escolar, dificuldade de mobilização da comunidade escolar para viabilizar mudança de mandato dos membros do Conselho, e retardo no trâmite de registros de Atas do Conselho no Cartório, pois há uma concentração das demandas de todas as escolas municipais.

b) Solução Proposta:

Realizar capacitações voltadas ao exercício da função de conselheiro escolar, e disponibilizar apoio técnico pedagógico no sentido de prover as unidades escolares de mecanismos que sensibilizem a comunidade escolar quanto a relevância da gestão democrática por meio do conselho escolar.

Articular com o Cartório para agilizar os procedimentos de registros e atualização dos conselhos escolares.



CONCLUSÃO

Com a realização da visita in loco nos municípios do Arquipélago do Marajó consolida-se a etapa de elaboração do diagnóstico. O trabalho evidenciou a existência de estabelecimentos escolares com situação precária de infraestrutura e condições higiênico-sanitárias, que necessitam de providências necessárias à garantia de um ambiente escolar seguro aos estudantes e com condições mínimas de funcionamento no retorno às aulas presenciais.

Foi também possível constatar a ausência de planejamento das ações indispensáveis ao cumprimento das atividades de ensino-aprendizagem da rede de ensino e à melhoria dos indicadores educacionais do município, que perpassam pela ausência de projetos pedagógicos, insuficiência de formações continuadas dos profissionais da educação, fragilidade na operacionalização do PNAE e PNATE, a falta de apoio para atuação dos Conselhos de Controle Social (CME, CAE e CACS/FUNDEB) e o elevado nível de comprometimento dos recursos do FUNDEB com a remuneração dos servidores da educação, que pode vir a comprometer ou até mesmo inviabilizar, em tese, investimentos em diversas áreas da atividade de educação.

A despeito das dificuldades decorrentes da localização das características geográficas e da extensão dos municípios do Marajó que demanda dispor de tempo considerável para realização de deslocamento, que impossibilitou o acesso à totalidade das escolas da zona rural, que se dá por meio fluvial, a visita in loco nos municípios permitiu à equipe, ainda que por amostragem, avaliar e elaborar diagnóstico da educação para cada município e, de forma consolidada, para o Arquipélago do Marajó em seus diversos aspectos, tendo como base inicial os indicadores educacionais oficiais e aplicação de questionários on-line, resultando na identificação dos principais pontos suscetíveis de sugestões para resolução de problemas e melhoria na rede pública municipal de educação de cada município e, neste relatório, abrangendo todo o Marajó.



ENCAMINHAMENTO

O diagnóstico do Arquipélago do Marajó, que compõe a etapa piloto do Projeto de Fortalecimento da Educação dos Municípios no Estado do Pará, constitui avaliação e fonte de estudo, a partir da qual é possível pensar e propor medidas capazes de induzir à melhoria e à efetividade das políticas públicas educacionais voltadas para a região como um todo, mediante esforços coletivos, sistêmicos e sinérgicos. Mas também, pretende contribuir de forma robusta, com o gestor local, pois, o conhecimento produzido constitui um guia qualificado e apto a subsidiá-lo na tomada de decisões no que diz respeito à implementação de ferramentas de gestão, bem como quanto à busca e desenvolvimento de treinamentos, capacitação, cursos e oficinas hábeis a instrumentalizar os profissionais da rede municipal para realizarem suas atividades com mais eficiência, rapidez e qualidade.

Os trabalhos executados, até então, consistem em uma iniciativa pioneira no âmbito desta Corte de Contas, e não se conformam aos parâmetros de uma fiscalização tradicional, tendo em vista que os resultados obtidos têm o intuito de fomentar a colaboração, coordenação e cooperação entre os principais atores envolvidos com a política pública educacional, promovendo diálogo e integração que assegurem uma atuação articulada, capaz de transformar realidades que resultem na construção de um cenário favorável, no qual se garanta a concretização de um direito fundamental, mediante a efetiva geração e entrega de valor público à sociedade.

O presente relatório oferta um retrato acerca da situação geográfica e social vivenciada pela rede municipal de educação e população dos 17 municípios do Marajó, quanto às 7 (sete) dimensões estruturantes do Projeto, funcionando como diretriz na definição das questões prioritárias a serem atendidas.

Ao final desse ciclo foi possível identificar as causas dos problemas encontrados e refletir sobre potenciais soluções, cujas propostas apresentadas pelo grupo de trabalho perpassam por arranjos coletivos e articulação interinstitucional, uma vez que as implementações de ações isoladas têm demonstrado sobreposição, duplicidade e fragmentação de esforços e, por conseguinte, conduzido à perda de oportunidades de sinergia e integração regional. Mas, também pressupõe o diálogo com o(a) Prefeito(a) e Secretário(a) de Educação de cada município do Marajó, com o objetivo de

comunicar o diagnóstico produzido, esclarecendo dúvidas e orientando-o quanto à tomada de decisões de curto e médio prazo.

Desse modo, serão adotados os seguintes encaminhamentos:

a) Reunir com o(a) Prefeito(a) e Secretário(a) de Educação dos 17 municípios do Marajó, para comunicar o resultado do presente diagnóstico, e especialmente, estabelecer amplo diálogo, ocasião em que a equipe responsável pela execução do trabalho estará disponível para ofertar esclarecimentos e assinalar orientações que contribuirão para a resolução a curto e médio prazo quanto aos problemas identificados.

b) Informar sobre as discussões em andamento com o FNDE, a UFPA, UEPA e outras Instituições Públicas, bem como Organizações Não Governamentais que atuam na área educacional e convidar os Gestores dos 17 municípios do Marajó a firmarem parcerias que visem assegurar a sistematização das ações e impedir a duplicidade de esforços, dando origem a projetos resolutivos dos problemas identificados em cada município e regionalmente, pautados em estratégias de intersectorialidade e multidisciplinariedade, necessárias ao êxito das propostas de melhoria da educação.

c) Conscientizar e sensibilizar o Gestor a respeito da perspectiva de resolução de problemas de forma articulada e sustentável, a partir de uma atuação cooperativa, coordenada e colaborativa, informando sobre as tratativas em andamento quanto à implementação de futuro arranjo coletivo, a exemplo da composição do Gabinete de Articulação para a Efetividade da Política de Educação no Brasil (GAEPE), idealizado pelo Instituto ARTICULE, cuja operacionalização ocorre em parceria com a ATRICON e CTE/IRB, comunicando-lhe, na ocasião, que um dos desdobramentos dessa primeira etapa do projeto piloto resultará na formação do GAEPE - ARQUIPÉLAGO DO MARAJÓ, um mecanismo de governança de política pública, multi-institucional, para o qual todos os municípios são convidados a integrar, com intuito de protagonizar uma proposta de transformação e melhoria das políticas educacionais locais, além de contribuir para o progresso da região como um todo.

d) Formar banco de dados dos 17 municípios do Marajó, sob a supervisão da DIPLAMFCE, por meio da Coordenação Especializada em Educação, cuja organização e armazenamento subsidiará, além da referida Diretoria, o Relator vinculado e a Controladoria responsável pelo acompanhamento das contas do município quanto à viabilidade de futuras ações de controle ou trabalhos específicos, como celebração de Termo de Ajuste de Gestão (TAG), emissão de alertas, aviso e produção de Notas Recomendatórias.

e) Comunicar o resultado do presente relatório à Presidente e a todos os membros deste TCMPE, esclarecendo que a avaliação diagnóstica constante neste relatório contempla todos os municípios do Arquipélago do Marajó, com o objetivo de assegurar uma interpretação regionalizada, sem ranqueamento por município, apta a subsidiar futuras tratativas de implementação de um instância plural de diálogo e pactuação em prol da melhoria das políticas educacionais dos 17 municípios contemplados na etapa Piloto do Projeto de Fortalecimento da Educação dos Municípios no Estado do Pará.

Apêndice: Quadro Sintético dos Eixos Estruturantes do Diagnóstico Educacional dos Municípios do Marajó

EIXOS / ITENS	PROBLEMA IDENTIFICADO	SOLUÇÃO PROPOSTA
EIXO 1 - FORTALECIMENTO DA GESTÃO DA SECRETARIA E DAS ESCOLAS MUNICIPAIS		
Planejamento	Em 15 (88%) municípios do Marajó inexistia o planejamento como ferramenta norteadora da gestão da SEMED e das unidades escolares	Planejar o desenvolvimento das atividades anuais da educação, determinando objetivos, diretrizes e metas que nortearão a execução da política educacional da rede municipal, assegurando a sua plena execução e monitoramento Em alguns casos específicos, é necessário adotar procedimentos para garantir autonomia financeira aos gestores das SEMEDs para o efetivo planejamento da gestão educacional
Plataforma de Gestão dos Resultados em Rede	Em 14 (82%) municípios do Marajó inexistia uma plataforma de gestão que garanta a integração das informações e que possibilite o efetivo acompanhamento dos resultados da rede municipal. Em geral, as atividades desenvolvidas pelos servidores dos diversos estabelecimentos educacionais ocorrem sem ferramentas de integração que possibilite a alimentação e remessa de informações de toda a rede de forma tempestiva, e que assegure uma avaliação sistematizada e pormenorizada	Utilizar uma Plataforma de Gestão de Resultados da rede, que possibilite o planejamento das atividades anuais da educação, determinando objetivos, diretrizes e metas que nortearão a execução da política educacional da rede, assegurando a sua plena execução e monitoramento
Estrutura Organizacional da Rede	Em 12 (71%) municípios do Marajó o número de servidores é insuficiente e a estrutura predial da SEMED é inadequada Em alguns casos, o problema está no elevado comprometimento dos recursos do FUNDEB com folha de pagamento, dificultando a contratação de novos servidores. E também se manifesta em alguns casos a inexistência ou insuficiência de recursos tecnológicos de apoio ao planejamento e acompanhamento e resultado da política educacional da rede municipal de ensino	Revisar o quadro de servidores da educação e, caso necessário, redistribuir de acordo com as necessidades das SEMEDs, ajustando consequentemente a folha de pagamento para atender as demandas das suas redes de ensino Adequar e/ou melhorar a infraestrutura física do prédio das SEMEDs para melhor desenvolvimento das atribuições de sua competência Ampliar os sistemas tecnológicos que propiciem o apoio ao planejamento e acompanhamento das ações desenvolvidas no âmbito das redes municipais de ensino
Seleção de gestores escolares	Em 16 (94%) municípios do Marajó a escolha de diretores decorre de indicação política, sem observância de critérios técnico-pedagógicos. Em alguns municípios, os critérios definidos pela legislação municipal não contemplam, em sua totalidade, as competências necessárias para o exercício da função de gestor escolar, quanto às habilidades administrativas e organizacionais, habilidades de comunicação e características individuais próprias, como liderança, autoridade e inovação, e nem tampouco os conhecimentos pedagógicos requeridos para a função Por sua vez, em alguns municípios a legislação municipal contempla a eleição direta para escolha de diretor escolar, contrariando, nesse caso, a decisão do STF	Adequar a legislação municipal, mais especificamente os Plano de Cargos, Carreira e Remuneração dos Profissionais da Educação (PCCR), para: i. definir os critérios técnico-pedagógicos para indicação dos diretores de escola, reforçando o disposto na Meta 19 do Plano Nacional de Educação ii. disciplinar a consulta à comunidade escolar, com a finalidade de qualificar a escolha a ser realizada pela autoridade competente, pois providência nesse sentido também encontra guarida na Constituição Federal iii. definir que a indicação é de competência do Prefeito

EIXOS / ITENS	PROBLEMA IDENTIFICADO	SOLUÇÃO PROPOSTA
		Municipal, conforme deliberado pelo STF
EIXO 2 - UNIVERSALIZAÇÃO, ACESSO E PERMANÊNCIA NA ESCOLA		
Realização de Busca Ativa Escolar	Nos 17 (100%) municípios do Marajó a busca ativa realizada no período que arrefeceu a pandemia do Covid-19 e as redes municipais de ensino decidiram o retorno das aulas presenciais, não produziu um resultado favorável quanto ao aumento linear das matrículas, ocorrendo situações de diminuição específica em segmento de educação infantil, ou do ensino fundamental, e inclusive da EJA	Fortalecer as ações de realização da busca ativa dos alunos, seja da educação infantil seja do ensino fundamental ou da EJA, em parceria com órgãos públicos de assistência social, saúde e proteção à infância, adolescência e juventude, preservando o direito de opção da família em relação às crianças de até 3 anos
Política de Avaliação dos Alunos da Rede Pública Municipal	Nos 17 (100%) municípios do Marajó não há uma política de avaliação periódica da rede abrangendo estudantes por ano/série	Adotar procedimento avaliativo diagnóstico periódico por ano/série sobre o padrão de aprendizagem, envolvendo os alunos da rede municipal de ensino
Projetos Pedagógicos com vistas à Melhoria dos Resultados	Nos 17 (100%) municípios do Marajó inexistem estratégias e iniciativas pedagógicas em execução na rede municipal de ensino, que visem reduzir a alta taxa de analfabetismo, a distorção idade-série e a baixa nota do IDEB. Em alguns municípios existem projetos específicos desenvolvidos em uma ou duas escolas da rede, mas sem que constitua em uma estratégia das SEMEDs para a rede de ensino como um todo Na maioria dos municípios os Projetos Político Pedagógico (PPP) das escolas municipais estão desatualizados. Além disso, são insuficientes as estratégias utilizadas para assegurar a participação das famílias nas atividades escolares	Elaborar e executar projetos que fomentem o desenvolvimento de tecnologias educacionais e de práticas pedagógicas inovadoras que assegurem a alfabetização e favoreçam a melhoria do fluxo escolar e a aprendizagem dos(as) alunos(as), consideradas as diversas abordagens metodológicas e sua efetividade As SEMEDs têm que assegurar apoio técnico pedagógico às escolas para atualização dos PPPs As escolas têm que ampliar as estratégias direcionadas à sensibilização das famílias quanto à relevância da participação na vida escolar
Turmas Multisseriadas	Nos 17 (100%) municípios do Marajó há ausência de propostas pedagógicas e metodologias adequadas a classes multisseriadas, inexistente formação continuada específica para os educadores que atuam neste segmento, e inexistem também materiais didáticos e bibliográficos apropriados para o desenvolvimento da proposta pedagógica de turmas multisseriadas	Fortalecer o desenvolvimento de propostas pedagógicas e metodologias adequadas a classes multisseriadas Realizar formação continuada específica para os educadores que atuam na modalidade de ensino multisseriado Fornecer materiais didáticos e bibliográficos apropriados para o desenvolvimento da proposta pedagógica de turmas multisseriadas
Retorno às Aulas Presenciais	Em 6 (35%) municípios do Marajó, no período de predominância da pandemia do Covid-19 (2020 e 2021), não houve disponibilização de metodologia de ensino (presencial ou remota) e/ou atividades pedagógicas Nos demais municípios (65%) diversas iniciativas foram adotadas para compensar a não realização do ensino presencial, como a entrega de atividades pedagógicas para os alunos da rede municipal de ensino, mas sem ocorrência de plantão pedagógico para apoio aos pais, responsáveis e alunos para desenvolvimento	Dotar as unidades escolares das condições mínimas de funcionamento e medidas higiênicas-sanitárias necessárias para garantir o retorno às aulas em um ambiente seguro aos alunos da rede municipal

EIXOS / ITENS	PROBLEMA IDENTIFICADO	SOLUÇÃO PROPOSTA
	das atividades pedagógicas, e a disponibilização de conteúdo por meio remoto, via sistema de rádio e rede social (Facebook e WhatsApp) As dificuldades na adoção da sistemática de ensino não presencial na região foram: a precariedade de acesso virtual em todos os municípios do Marajó, a reduzida disponibilidade de aparelhos de comunicação (computador, celular, tablet, entre outros) por parte das famílias dos alunos, e a dispersão das escolas da zona rural Quando arrefeceu a pandemia, os municípios não elaboraram um plano adequado para retorno seguro às aulas presenciais, defrontando-se os alunos com a precariedade da infraestrutura das unidades escolares e ausência de condições higiênico-sanitárias nas escolas	
Calendário Escolar - Carga horária mínima anual	Nos 17 (100%) municípios do Marajó não estão sendo cumpridos os 200 (duzentos) dias letivos no período de aulas normais	Reorganizar o calendário escolar, considerando as peculiaridades locais, inclusive climáticas e econômicas, sem reduzir o número mínimo de horas letivas e assegurando formas de alcance das competências e objetivos de aprendizagem Viabilizar mecanismos que possibilitem a realização do pagamento dos professores e barqueiros de forma a não inviabilizar o cumprimento dos dias letivos
EIXO 3 - INFRAESTRUTURA ESCOLAR		
Infraestrutura Escolar	Nos 17 (100%) municípios do Marajó registra-se situação precária de infraestrutura nos estabelecimentos escolares, na parte elétrica, hidráulica e estrutura física dos prédios, carência de mobiliários Existência de obras paralisadas oriundas do Plano de Ações Articuladas (PAR), firmado com o FNDE	Realizar o Levantamento da Situação Escolar (LSE), identificando as escolas que precisam de intervenção e/ou melhorias, para planejar e executar ações que assegurem condições de funcionamento regular das unidades escolares Providenciar a regularização das obras paralisadas, observando a capacidade financeira da rede municipal
EIXO 4 – POLÍTICA PÚBLICA DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR		
Elaboração dos Cardápios	Em 16 (94%) municípios do Marajó ocorre a elaboração de um cardápio de baixo valor nutricional para a zona rural, com priorização na oferta de produtos industrializados e processados. No geral, o cardápio elaborado não respeita as faixas etárias, perfil epidemiológico da população atendida e os hábitos alimentares da localidade	Elaborar um cardápio que priorize alimentos nutricionais, os hábitos alimentares, a cultura alimentar da localidade e pautar-se na sustentabilidade, sazonalidade e diversificação agrícola da região e na promoção da alimentação adequada e saudável Fortalecer a agricultura familiar para atendimento das demandas de preparações que atendam a zona rural Realizar teste de aceitabilidade do cardápio junto aos alunos, sempre que introduzir alimento novo Reforçar nas unidades escolares a obrigatoriedade de divulgação dos cardápios Pleitear junto ao FNDE a ampliação de entendimentos sobre

EIXOS / ITENS	PROBLEMA IDENTIFICADO	SOLUÇÃO PROPOSTA
		mecanismos legais que possibilitem o enfrentamento dos desafios relacionados à baixa qualidade nutricional e inadequação do cardápio à cultura local, que exclui alimentos dos itens fornecidos para as escolas que atendem famílias ribeirinhas, como, por exemplo, o açaí, o peixe e o camarão regional, que inclusive são solicitados pelos próprios alunos marajoaras
Aquisição de gêneros alimentícios	Nos 17 (100%) municípios do Marajó os recursos financeiros disponíveis são insuficientes para aquisição de gêneros alimentícios que assegurem o cumprimento dos 22 (vinte e dois) dias de fornecimento de alimentação escolar A aquisição de produtos da agricultura familiar está abaixo do percentual de 30% obrigatório, conforme legislação em vigor	Pleitear junto ao FNDE a ampliação de entendimento sobre mecanismos legais que possibilitem a aquisição de gêneros para a alimentação escolar, a exemplo do ocorrido no estado do Amazonas, em 2017, que dispensou o registro sanitário para proteínas e processados vegetais da produção dos povos indígenas destinada ao seu consumo, e estendeu sua aplicação para todos os povos e comunidades tradicionais do Brasil, quais sejam, quilombolas, indígenas, extrativistas, e também ribeirinhos, condição predominante dos estudantes marajoaras Fomentar discussão e pleitear junto ao FNDE o aumento do valor <i>per capita</i>/aluno/dia letivo diferenciado, assegurando ao estudante ribeirinho tratamento similar ao quilombola, indígena, extrativista, entre outros, que formam as comunidades tradicionais do Brasil, uma vez que os custos com a distribuição para as escolas rurais no Marajó são superiores ao valor da própria alimentação escolar, decorrentes das particularidades geográficas da região – distanciamento, isolamento e dificuldade de acesso Desenvolver ações junto a diversas entidades, no sentido de incentivar os agricultores familiares locais a produzir e fornecer gêneros destinados à alimentação escolar
Distribuição de gêneros alimentícios	Em 16 (94%) municípios do Marajó há ausência de controle efetivo das SEMEDs no cumprimento dos prazos de entrega dos gêneros alimentícios por parte dos fornecedores, e no cronograma de distribuição para as escolas Em alguns municípios a distribuição dos gêneros alimentícios é feita diretamente ao diretor da escola, na sede da SEMED	Manter controle efetivo no cumprimento dos prazos de entrega dos gêneros alimentícios dos fornecedores para a SEMED e de distribuição para as escolas
Armazenamento de gêneros alimentícios	Nos 17 (100%) municípios do Marajó há inadequação do espaço destinado ao armazenamento dos gêneros alimentícios adquiridos, e insuficiência e inadequação de mobiliários e equipamentos necessários às adequadas condições de armazenagem e controle dos estoques Nas escolas, o depósito da alimentação escolar geralmente não dispõe de condições adequadas de estocagem e conservação dos alimentos	Adequar o local existente para armazenamento apropriado da alimentação escolar, bem como mobiliários e equipamentos, tanto na SEMED quanto nas escolas Adotar, nas escolas, fichas de controle de estoque dos gêneros alimentícios recebidos, com observância dos prazos de validade

EIXOS / ITENS	PROBLEMA IDENTIFICADO	SOLUÇÃO PROPOSTA
	As escolas não apresentam nenhum mecanismo de controle dos gêneros alimentícios nelas armazenados e do prazo de validade dos gêneros alimentícios	
Acompanhamento da execução do Programa	Nos 17 (100%) municípios do Marajó é reduzido o número de nutricionistas para acompanhar o programa em todas as unidades escolares da rede municipal A ausência de equipamentos e utensílios de cozinha prejudica o desempenho adequado dos manipuladores no armazenamento, preparo e distribuição da alimentação escolar A carência de manipuladores de alimentos em escolas sobrecarrega, e por vezes inviabiliza a atividade de preparo da alimentação escolar	Ampliar o quadro de nutricionistas, conforme parâmetro estabelecido no art. 10 da Resolução nº 465/2010 do Conselho Federal de Nutricionista Dotar as escolas de equipamentos e utensílios de cozinha necessários Suprir a carência de manipuladores de alimentos em escolas da rede municipal de ensino
EIXO 5 - POLÍTICA PÚBLICA DE ATENDIMENTO NO TRANSPORTE ESCOLAR		
Formas de atendimento de transporte escolar	Nos 17 (100%) municípios do Marajó há inadequação do transporte escolar (lança) do Programa “Caminho da Escola” nas comunidades onde o acesso ocorre por meio de furos e igarapés, predominante nos municípios, assim como existem veículos e embarcações do Programa “Caminho da Escola” sem condições de uso, necessitando de manutenção e reparos Os veículos e embarcações contratados nos municípios para o transporte escolar apresentam situação precária nos critérios de conforto, segurança, lotação e regularidade	Estabelecer critérios objetivos de conforto, segurança e lotação das embarcações por ocasião da contratação Providenciar, dentro da capacidade orçamentária e financeira do município, serviços de manutenção e reparos dos veículos e embarcações do Programa “Caminho da Escola” Buscar junto ao FNDE orientações quanto aos procedimentos para destinação dos veículos e embarcações do Programa “Caminho da Escola” inservíveis para o fim a que se destinam
Contratação dos Serviços Prestados	Em 4 (23%) municípios do Marajó inexistem procedimentos prévios à contratação de serviços de transporte escolar, tais como licitação, dispensa, chamada pública ou congênere, enquanto nos demais 13 (77%) municípios há adoção de alguma medida preliminar, contudo, em ambas as situações não são especificadas na definição de rotas as circunstâncias reais que interferem diretamente na quantidade de combustível e, por conseguinte, no custo da contratação, tais como: duração (tempo) do trajeto, número de pessoas na embarcação e fluxo e/ou contrafluxo da maré O custo na contratação de serviços terceirizados também é elevado em decorrência da necessidade de disponibilização de grande número de embarcações para atender escolas com localizações geográficas dispersas Inexistem empresas que possuam estrutura própria de veículos suficientes para atender as rotas escolares, sendo comum a subcontratação desses serviços com os proprietários de barcos de diversas localidades dos municípios, ocasionando em geral	Adotar procedimento prévio à contratação de serviços de transporte escolar, tais como licitação, dispensa, chamada pública ou congênere, especificando na definição de rotas, as circunstâncias que interferem no custo da contratação, tais como a duração (tempo) do trajeto, o número de pessoas na embarcação e o fluxo e/ou contrafluxo da maré Avaliar a possibilidade de viabilizar procedimentos de contratação direta com os barqueiros, em conformidade com a legislação vigente Revisar as rotas do transporte escolar, no sentido de otimizar os trajetos e/ou avaliar a possibilidade de nucleação de escolas da zona rural, visando proporcionar aos alunos o menor tempo de deslocamento às escolas, bem como o adequado dimensionamento e tipologia dos veículos utilizados Fomentar discussão e pleitear junto ao FNDE que no cálculo do valor destinado anualmente às Entidades Executoras sejam consideradas as diferenças regionais, geográficas e socioeconômicas do Marajó, uma vez que o atendimento

EIXOS / ITENS	PROBLEMA IDENTIFICADO	SOLUÇÃO PROPOSTA
		tempestiva as devolutivas de diligências emanadas pelo Conselho
CME	Em 10 (59%) municípios do Marajó há ausência de condições adequadas de infraestrutura e quadro de pessoal necessário ao pleno exercício das atividades do CME. Em 5 (29%) municípios inexistente o CME	Disponibilizar condições de infraestrutura e logística, bem como servidores para compor o corpo técnico, permitindo ao Conselho a realização de suas atividades Criar o Conselho Municipal de Educação
Conselhos Escolares	Nos 17 (100%) municípios do Marajó há ausência de capacitações voltadas ao exercício da função de conselheiro escolar, dificuldade de mobilização da comunidade escolar para viabilizar mudança de mandato dos membros do Conselho, e retardo no trâmite de registros de Atas do Conselho no Cartório, pois há uma concentração das demandas de todas as escolas municipais	Realizar capacitações voltadas ao exercício da função de conselheiro escolar, e disponibilizar apoio técnico pedagógico no sentido de prover as unidades escolares de mecanismos que sensibilizem a comunidade escolar quanto a relevância da gestão democrática por meio do conselho escolar Articular com o Cartório para agilizar os procedimentos de registros e atualização dos conselhos escolares